

SÃO PAULO
APONTAMENTOS SOBRE VIOLÊNCIA DAS/NAS IMAGENS¹

SÃO PAULO
TESTIMONIES ON VIOLENCE OF THE / IN IMAGES

Alexandra Gonçalves² | Diogo Azoubel³

Resumo

A violência é o tema abordado neste artigo. Reflete-se sobre como a mesma está plasmada na cidade de São Paulo – SP e, para isso, parte-se da revisão bibliográfica como técnica de pesquisa aliada ao método de procedimento monográfico em uma abordagem qualitativa com vistas à concretização de reflexão preambular necessária à análise de uma das pranchas criadas pela imigrante A. G. como parte da série *São Paulo* (2018) sobre a violência das/nas imagens midiáticas impressas. Autoras e autores como Lima (2003), Mbembe (2018) Mondzain (2009) e Sontag (2003) são acionados para alicerçar esta investigação teórica preliminar a ser desdobrada, oportunamente, em um segundo momento.

Palavras-chave: Violência. Imagens midiáticas. Iconografia e Iconologia. São Paulo. A. G.

Abstract

Violence is the subject of this paper. It reflects on, how is violence shaped in the city of São Paulo – SP. For this, we start from a theoretical research allied to a monographic procedure method, in a qualitative approach. This approach allows us a preambular reflection about violence, in São Paulo, as well as an analysis, through the point of view of an immigrant, in the way how she reflects about the city and about printed media images. For this complex subject on violence, we present one of the boards from a set entitled *São Paulo* (2018) created by A.G., so that our reflection may bring several issues. Authors such as Lima (2003), Mbembe (2018), Mondzain (2009) and Sontag (2003) are driven to substantiate this preliminary theoretical research and triggered to ground it. However, this research will spread out across in a later time, that's why we started this paper with the words below.

Keywords: Violence. Media images. Iconography and Iconology. Sao Paulo. A. G.A.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 5 – Imagens e ambientes de conflito do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018.

² Doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COS | PUC-SP). E-mail: gabiabreu.abreu20@gmail.com.

³ Professor da Secretaria Estadual da Educação do Maranhão (Seduc-MA). Doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (COS) da PUC-SP e bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Prosuc/Capes). E-mail: diogoazoubel@gmail.com. ORCID número: 0000-0002-2839-5011.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES

A violência plasmada nas imagens midiáticas que invadem nossas casas, nossos corpos, corrompe a visão e prejudica as sociabilidades no mundo, nos narcotiza e insensibiliza diante da vulnerabilidade e da dor do outro (Sontag, 2003). Poderíamos escrever sobre algo mais delicado talvez, mais suave, belo e florido no que toca à cidade de São Paulo, em seus diversos matizes e sobre inúmeros aspectos. Mas, não! Não podemos cerrar os olhos ao que se passa ao nosso redor. Por isso, nesta espécie de ensaio, expressamos a indignação sobre as formas de exclusão da sociedade contemporânea. Na Cidade há homens e mulheres que puxam carroças, tal como as bestas de quatro patas; morre-se nas madrugadas geladas embrulhado em um cobertor velho, única tampa de caixão. Na Cidade, os pais lançam pelo vaso sanitário as cinzas do filho gay, ignoram-no em sua pluralidade; a cor da pele descarna a psique... há tiros que cortam o ar como que lutando contra a morte estabelecida e iminente. Isso posto, trabalhamos com a hipótese de que uma imagem de sofrimento disposta, por exemplo, em jornal impresso qualquer que seja que chegue às nossas mãos tende a nos mobilizar apenas quando do seu consumo imediato para logo em seguida desaparecer.

Como método de procedimento articulamos o monográfico a partir da revisão bibliográfica como técnica em uma abordagem qualitativa (Marconi & Lakatos, 2011) traduzida neste exercício reflexivo. A aplicação do mesmo, cremos, encontrará espaço em outra oportunidade dada a limitação espacial que nos cerceia – fato que desemboca, também, na adaptação do título dado ao texto de forma um tanto diferente daquele que consta no resumo expandido da proposta. Isso posto, cumpre questionar que ilusões, que sonhos e que desejos alimentam o nosso imaginário, o nosso sonho?

Se, por um lado, o mundo se enche de racionalismos, infláveis como balões, enterrando neles as fragilidades de cada sujeito; por outro, gera imaginários em fabulações e confabulações que intercambiam relações fantasmáticas entre os seres humanos. Esse mundo inflável consegue adquirir, a nosso ver, duas habilidades desconcertantes: a da destituição e a instituição. A primeira, a destituição, referimos como uma a-dimensão das cadeias biológicas, das mentes/corpos, sua conseqüente dissolução e aniquilação em uma tentativa de moldar o mundo por conveniências. Já a habilidade da instituição dá a entender uma consagração de certas intencionalidades que ocupam o pensamento gregário que, por sua vez, vai conduzir, necessariamente, à condição de clã. Pois são esses clãs que instituem, em potência, um modo

de “ter que ser-se” ou de “poder ser-se” ou “dever ser-se”. Sendo as formas instituídas de “poder ser-se” ou “dever ser-se” exclusivas por suas naturezas. Assim, na Cidade, tanto destituição quanto instituição destroem algumas tessituras humanas.

São formas de violência dos homens contra homens; dos homens contra a natureza; da natureza contra a natureza, e de todos contra todos. As regras? Há, apenas uma: o poder sobre a vida e sobre a morte. Desta feita, resta-nos refletir sobre tais questões a fim de buscar, pela emancipação do pensamento, vias que nos libertem a todas e todos desse ciclo.

2. VIOLÊNCIA E CAOS

Um dos grandes problemas da uniformização da civilização ocidental vem desse espaço pensado, uma espécie de *(ir)racionalidade* do pensamento sobre o próprio homem como produto econômico de um etos branco, que não permite a voz àquele que tem direito a ela. Essa *(ir)racionalidade*, hermética e redutora, conduz a etnocentrismos e *ghetos* (ou guetos) “individuais” e coletivos que se percebem nas próprias cidades, tornando inseguras as tentativas de afirmação das diferentes vozes que poderiam e podem enriquecer o patrimônio humano.

Apesar de se falar muito de fragilidades sociais e de diferenças, de fato, há a instituição de um imaginário concernente à errônea noção de preponderância de uma civilização ocidental, como se essa fosse uma “coisa” a se impor, uma catequese, o que nos transmite a interrogação sobre a configuração e usos das diversas vozes sociais ao se colocar em questão a própria linguagem. Para que servirá ela? Como pode a experiência da violência, por parte de quem a vive, ser considerada importante do ponto de vista de drama ontológico e da própria linguagem? Como pode haver partilha de parâmetros e de valores entre as várias civilizações desta enorme Cidade se, por um lado, existe um imaginário fortíssimo ocidentalizado e, por outro, uma forma de como as civilizações ocidentais dão a entender partilhar esse imaginário impondo-o, de fato, e tornando-o instrumento de controle discreto e indireto sobre as populações das “terras marginais” (Lima, 2003)?

Parece-nos claro que se as nossas sociedades ocidentais estão fundadas sobre valores de intencionalidades perversas, que servem de “modelo” às “terras marginais”, então não podem contribuir para a felicidade e nem, tampouco, para a possibilidade individual e para a

possibilidade coletiva. E se no interior das sociedades ocidentais, nas cidades, há uma multiplicidade de civilizações, de pessoas de condições sociais que podem favorecer uma gama variada de violência, torna-se muito complexo que tais sociedades renovem-se e reflitam sobre si mesmas sem que de forma violenta.

Ora, vejamos, se os espaços de questionamento das cidades multifacetadas crescessem incluindo o outro, as culturas não nativas deveriam poder desempenhar um importante papel nas trocas entre civilizações e na compreensão delas por si mesmas. Por outro lado, se houvesse por parte dos Estados (aqui entendidos como espaços soberanos geopoliticamente ou, melhor, como dispositivos) a ideia de que o seu papel é a proteção dos cidadãos em vez do de implementar a dependência desses, talvez se gerasse a condição necessária para articulação de maior tranquilidade que pudesse apostar na felicidade dos indivíduos indiscriminadamente e mesmo como *modus operandi* fundamental. Infelizmente, parece haver por parte dos Estados uma intenção cristalina de criar (e fortalecer) novas “desidentidades” que desembocam em rupturas que se expressam em vários tipos de violência.

Surge, então, um outro problema que, aliado aos vários tipos inconclusivos de violência, se prende ao aparecimento das chamadas novas tecnologias de modo a acrescentar a possibilidade de outras violências maximizadas planetariamente. Assim, o universo experimental da violência expande-se nas palmas de nossas mãos via dispositivos técnicos, tentando afirmar-se em novas inquietudes; novas pressões que já não dividem o mundo em dois blocos, o das culturas ocidental e não-ocidental. Ao contrário, acentua-se a divisão entre híbridos: reais e virtuais, em que os segundos levam vantagem ao estabelecer o problema do que é o real. E isso é refletido, também, por meio da maneira como a maioria das imagens midiáticas se tornam instrumento de derrota de identidades podendo, ao mesmo tempo, ausentar-se de forma intencional [e, tal qual nas pinturas de Morelli, seus realizadores podem desconhecer os significados que a elas venham a ser atribuídos (Panofsky, 2001)], silenciando as vozes que podiam ter direito a dizer algo sobre suas condições.

Afirma-se que São Paulo é a mais violenta do mundo. Sim, trata-se de uma cidade muito violenta sem dúvidas, mas não a única, o que pode ser facilmente constatável em uma breve viagem planetária (ainda que pela Internet). Se pensarmos bem, temos que admitir que estamos mergulhados, e sempre estivemos, na vida e no mundo de holocaustos indivíduo-socio-mundi. Qualidade de contínua história de violências. Criamos armas atômicas, nucleares, biológicas e outras, fazemos nascer todos os gêneros de terrorismos, implantamos

nano-chips, criamos cartões eletrônicos e redes internéticas que violam todos os direitos do indivíduo que já os olvidou quais. Por meio de outras seduções infernais, inventamos ulteriores tecnologias para ter de fugir do planeta quando esse não mais tiver préstimo e as usamos para criar super seres controladores (cerceadores) do livre arbítrio e da liberdade.

Mas o que isso tem a ver com as imagens midiáticas? Reiteradamente, reinventamos mídias como chantagens emocionais sobre o outro e continuamos a alimentar todo os tipos de fome, inclusive a de *likes*; nos agarramos às coisas, ainda que sejam somente ideias fugazes; desaprendemos a ser generosos, amigos; cuidamos mal; magoamos tudo e todos pelos quais passamos; vivemos luxos e prazeres sazonais e efêmeros sem nos dar conta de que a nosso lado a pobreza e a miséria existem, da mesma forma que negligenciamos o fato de que uns vivem na “ilha de fantasia” (Lima, 2003) enquanto a maior parte dos seres humanos *sub-vive* (sobrevive?). Somos armadilhados no nosso próprio imaginário com o qual tentamos fomentar a mente dos outros de dentro de nossas bolhas (não) reflexivas.

Mais profundamente, é preciso perceber que se sonha com um ocidente asséptico como se este não tivesse as suas profundas dores e males. É possível observar isso quando vemos chegar imigrantes a esta Cidade, e os que habitam, também, as ruas de São Paulo. O que representam as fragilidades que são excluídas quer pela a ciência, que os estuda como objetos; quer por muitos cidadãos da cidade? Que mensagem se vai passando aos mais jovens – em um processo gerativo de sentido em imagens mentais – de que é preciso tornar asséptica a Cidade pela força da exclusão? Exemplo disso é o espancamento com cassetetes de dois jovens nigerianos e de uma jovem camaronesa – todos negros – nos subterrâneos paulistanos pela segurança da estação República (Ponte.org, 2018.). A história se repete, mudam estações e personagens, permanece a narrativa.

E qual é o papel das mídias perante essas pessoas deslocalizadas que são detentoras de suas histórias?

Nessa tal ilha, uma particularidade revela aqueles a quem ousamos chamar de privilegiados a destruir a totalidade por sua máxima eficiência contra ela. Lima, ao sair de lá, se depara com a discrepância gerada pela destruição do porto de Baltimore, bem como a ereção das indústrias de tecnologia que geram riquezas milionárias e que arrastam para a miséria milhares de seres humanos. O mesmo se passa em Silicon Valley – e por aí afora –, em que a maioria dos seres humanos são, como diz Mbembe (2018), o “farrapo humano”.

Assim é que se levantam outros muros intransponíveis, empresas tecnológicas de seres destituídos de alter egos apagando o outro e se fortificando como mandatárias de chips. Assassina-se por luxo – inclusive nas edições dos periódicos –, desresponsabiliza-se da sorte do outro, da vida e do mundo a tal ponto que não se interroga mais sobre a imensidão do sofrimento causado pelo conforto, não se interroga sobre as desertificações (nem humana, nem ambiental), às quais preferimos ignorar da segurança de nossas poltronas.

Na mesma direção, destroem-se identidades e ceifam-se possibilidades. Fomos assumindo, nós, seres humanos, de forma consciente ou não, um caos velado e não velado sobre a liberdade e livre arbítrio individual, uma das expressões máximas da violência, que acaba desvelando a falta de caráter social. E sob a égide do medo, seguimos ficcionando a vida e o mundo em discursos que tentam (des)localizar a violência em regiões, distritos, bairros, ruas desta ou daquela cidade e em editorias específicas.

Podemos dobrar o indivíduo, a vida e o mundo como quem dobra um papel. E é nas intersecções dessas dobras que se internaliza e que aparece a dificuldade de separar as causalidades do ato violento e das narrativas da violência na modernidade. De tais intersecções, que unem os seres e os mundos amarrotados, sobressaem as ambiências constituídas de narrativas imagéticas midiáticas de violência, que despertam a crença de que é preciso acabar com aquela, destruir seus sujeitos e, assim, resguardar nossa humanidade para que prevaleça ante ao caos instaurado. Da passagem deste universo ambiental à certeza de uma finalidade da violência, a que se vem juntar o hábito e o tédio, perde-se o sentido da própria violência (narcotiza-se, portanto). E, cremos, que é pela perda desse sentido que invoca-se a repetição da violência que gesta a cisão entre modos ficcionados da vida e a própria vida. Em certa medida, a violência se tornou algo sem centro.

Voltamos, então, aos muitos “farrapos humanos” vistos estendidos debaixo de pontes, nas reentrâncias de habitações, nos passeios de São Paulo, esses corpos que aos milhares coabitam com pombos, se fazem notar sobretudo quando atravessam nossas trajetórias, quando nos chamam de volta a este mundo, seja pedindo uma moeda, seja um alimento.

Uma tentativa de tentar traduzir essas questões se apresenta na realização de imagens midiáticas por uma imigrante sobre a cidade. Essa era, aliás, a proposta neste texto: justapor reflexão teórica e análise técnica de tais realizações. Ocorre, entretanto, que para bem sustentar nosso ponto de vista, optamos por ampliar a argumentação em prol de um segundo momento (ou texto) em que a análise encontre espaço oportuno para florescer.

3. TIPOS DE VIOLÊNCIA

Há muitos tipos de violência, bem como há condições diversas que as envolvem tal qual não há apenas as ficções criadas pelas narrativas dela. Tratam-se das violências físicas, psíquicas, das sem causa aparente e das dos estados emocionais diferentes. No caso da violência sem causa aparente, de difícil entendimento, referimos o caso de Rodya, em *Crime e Castigo* (2016), de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), que depois de ter assassinado as duas irmãs e lhes ter furtado as joias, as esconde debaixo de uma pedra não apenas por escondê-las, mas com intuito de livrar-se de seu ato. Evidentemente, essa violência se faz notar em uma sociedade em que a crise das condições econômico-políticas a exponencia, em um mesmo registro de um universo de escravidão e estados de necessidade que, em muitos casos, trata da questão da sobrevivência.

Pode, também, a violência decidir a morte física por liberdade. Pode, por meio das imagens, gerá-la e/ou alimentá-la. Como exemplo a imagem em grande formato que a empresa Benetton espalhou por algumas cidades mundo adentro. Nela, centenas de pessoas se atiram ao oceano preferindo a morte a ter de voltar ao seu país de origem. Esses, considerados emigrantes ilegais que apenas procuram fugir da tragédia humana, sucumbem destituídos de suas identidades diante do nosso olhar. Tais veiculações tiveram que ser retiradas dos expositores públicos por serem alegadamente demasiado "chocantes". Mas o que é fato é que, naquela superfície imagética, as pessoas preferiram ter a liberdade de sua morte do que voltar às garras de seus Estados.

Um outro exemplo, embora com uma intencionalidade mais evidente, é o das imagens que tiveram que ser contidas quando do ataque às Torres Gêmeas, em 2001, pelo presidente estadunidense George W. Bush, e cujo ato levou à guerra contra o Iraque (2003-2011). Mondzain (2009) diz que as imagens podem matar e podem, quando de extrema visibilidade, gerar o ódio e desespero. Porém, interrogamos: e se retirarmos as imagens que podem falar da miséria, por exemplo, aqui na cidade de São Paulo? Por que calar nossos temores? Por que essas pessoas nem têm CPF? Elas existem? Ou são como os apresentados como "evaporados" no Japão? Ora, se não têm CPF, parecem mergulhar em uma ética asséptica favorecida pelas mídias (é irônico...).

Na mesma direção, prefere-se manter em uso vigente o vocábulo “pobre” porque esse não implica responsabilidade social nossa ou direitos deles. Ao contrário, se forem as pessoas das ruas tidas como fragilizadas tudo poderia mudar. Muitos são analfabetos, é constatável, e se há uma espécie de pudor de mostrar imagens sobre as condições degradantes dessas pessoas, ainda que não estejam mortas (Sontag, 2003), que se dê valor às suas oralidades, mesmo que gravadas eletronicamente, para que a elas seja possível retornar às suas subjetividades.

Associado a tudo o que já referimos há ainda o problema da arquitetura. Isso é, a violência – quer no centro urbano, quer nas periferias – que está impressa na própria espacialidade que condiciona o modo de ver o mundo e o modo como o lugar marca o indivíduo, o corpo social e o mundo; bem como impede expressões e engessa comportamentos e condutas sociais ditas aceitáveis.

Podemos citar ainda a violência resultante do colonialismo e do imperialismo, principalmente nos países africanos, americanos e asiáticos. Em um verso do poema *Poème huit* (2015), de Sony Labou Tansi (1947-1995), lemos:

(...)
La sauterelle humaine
au fond
de l'humaine
castration...
Maintenant... soyons honnêtes...
Passons...ici
est
*castration nette...*⁴

... e inferimos que o Direito (assim mesmo, com caixa alta) pode ser um mecanismo de violência. É, aliás, aceito como tal na exata medida em que nos poupa – nós, os afortunados e

⁴ Em nossa livre tradução: O gafanhoto humano | basicamente | da castração humana... | Agora... vamos ser honestos | Vamos aqui... | é castração líquida...

privilegiados dos quais fala Sontag – do caos a partir do flagelo daqueles a quem julgam comprometer a ordem e o funcionamento sociais.

Por isso, temos que estar cientes de que não se pode falar de violência sem falar disso. O Direito romano nasce de um corpo social no interior de um sistema de escravatura constituído por senhores e escravizados. Assim, ao longo de milhares de anos, se foi instituindo um sistema jurídico deformado por esse parto infeliz. As leis com o seu séquito de decretos e artigos instituem-se sob a base de interesses individuais e coletivos cujas intencionalidades infames são pano de fundo de muitas perversidades. Tudo é tido como propriedade da ganância de órgãos de poderes políticos e económicos (que controlam descaradamente os sistemas jurídicos e vice-versa): o indivíduo, os seres que com ele habitam neste planeta, a propriedade territorial, propriamente dita, habitável e não habitável ainda. O egoísmo e o egocentrismo daqueles órgãos poderosos não podem, portanto, servir aos direitos fundamentais das existências.

E porque assim é, assistimos a uma tentativa por parte desse Direito enviesado de, na linha do Direito romano, querer impor-se globalmente, universalizar-se (segundo essa relação milenar senhor x escravizado) a todas as civilizações que constituem a humanidade, em uma tentativa de dilacerar o interior de todos os corpos sociais sutil e continuamente.

Se por um lado há o universalismo globalizado que abarca a maioria das civilizações, por outro há a tentativa de universalizar o cerne de cada corpo social dentro de cada civilização. A tentativa de uma uniformização do corpo social acaba por gerar uma fuga à ação sobre todas as vulnerabilidades dos indivíduos.

O que é certo é que os sistemas jurídicos se baseiam em todos os gêneros de escravidão e iludem a proteção e defesa de todas as fragilidades sociais. A justiça torna-se, assim, uma abstração e uma grande ilusão. Os sistemas jurisdicionais transformaram-se em meras representações ilusórias gerando, ao mesmo tempo, na mente de todos, uma idealização conceitual de justiça, como se tais sistemas se articulasse em prol desse valor aparente para manter o seu poder interno. Nesse sentido, pontuamos não tratar-se de uma discussão sobre ética nem, tampouco, sobre valores morais que não respondem ao cidadão que aspira a um sentido de justiça.

Existe a outra questão relacionada com os limites de quaisquer imposições de valores éticos e de valores morais. Não deveríamos permitir sequer a ideia de implementação de ditaduras de condutas ou de costumes (o que todo o universalismo implica), bem como

qualquer imposição de valores morais, que estrutura ditaduras com o intuito de servir constantes variações e imutabilidades de entidades de poderes diversos.

Essas variações são, aliás, as bases em que se sustentam premissas maiores, em que nada é explícito como algo conclusivo; que conduzem às respostas negativas e imprevisíveis do indivíduo, do corpo social; e que são imutabilidades porque se mantem a constante relação de pessoas não livres guiadas por considerações dominantes de despotismos. Assim, cremos, a “possibilidade de ser melhor em si” ou a “possibilidade do ser bom em si” assemelha-se à superfície líquida que espanta Narciso. Essa relação vem pôr em causa a própria esperança, erigindo o indivíduo em cisão em uma espécie de paragem entre o si passado e o de como se vê no futuro como um ser melhor. Esse estado de coisas é, já por si mesmo, violência, ainda que não planejada.

Não pode haver normas ou regras nem valores morais impostos *a priori*, que induzam indivíduos, no corpo social, segundo uma via determinativa e circunscritiva preliminar. As normas não colocam hipóteses, não dão possibilidades à evolução sequer da consciência que limitaria o posicionamento do indivíduo no mundo. Portanto, não há qualquer validade universal nem da ética nem da moral segundo linhas divisionistas. O corpo social não é uma massa de gente amorfa totalitária incapaz de desobediência, destituído de história individual, paixões, querer, aspirações à felicidade, sonhos, autonomias, despido de dignidades e de relações com outros indivíduos. Logo, a exigência de normas cuja intenção é servir interesses e conveniências produz consequências e efeitos que muitas vezes geram conflitos e as cisões indivíduo-socio-mundi às quais referimos anteriormente.

Acreditamos que não se pode falar de uma validade moral como se de um código de barras tratássemos. Isso eliminaria a vontade do indivíduo e condicionaria o seu agir na medida em que ou haveria representações de papéis ou nasceriam personificações ou figuras decorativas como corpo social e no seu cerne.

Qualquer carácter formatado e normatado, daquele que segue normas determinadas impostas pelo corpo social que, por sua vez, sofre do cinismo de todos os órgãos e entidades de poder, é um carácter escravizado que nega a si mesmo. Negando-se, veste-se de grandes armaduras como exoesqueletos de princípios que nem se sabe de que natureza são, em uma tentativa de defesa vã, de uma dignidade que *algures* sente ainda poder possuir.

O indivíduo é a sua maior ilusão e a sua ação espelha-se na inveja e na prepotência, algumas das grandes deformações sociais. Essas mutilações se revelam ora em um poder

inquisitório (sem espaço para o perdão ou a compaixão) em que o “seu dever” é um carrasco atento aos “erros” do outro; ora em uma saudade ilusória de si mesmo; ora em uma espécie de sensação de não pertencer à vida e ao mundo. Dessa forma dramática, para tal indivíduo, a vida deixa de existir em toda a incompreensão que a compreensão contém, quando se ama verdadeiramente a si mesmo, amando a vida e o mundo. É dessa forma que o universo das “suas possibilidades” fica comprometido e corrompido por ele mesmo logo à partida. De certa forma, o indivíduo não existe, porque perde identidade. Logo, não parece poder haver quaisquer modelos contratuais e, assim, não existem sequer linhas democráticas.

Nos interrogamos sobre essa outra forma de violência, que não permite a cada indivíduo a esperança embasada em “como poderei ser melhor que sou, perante a nova possibilidade que me oferecem, sendo eu estranho à comunidade que escolhi”. Um bom exemplo é a polêmica do uso do véu no seio do corpo social francês. Ora, se o corpo social daquele país é constituído por uma diversidade de civilizações (como, aliás, em quase todas as nações) como se pode rejeitar os sentidos interiores de cada um? E mais, como é possível, ao mesmo tempo, aceitar sem grandes questões, grupos neonazistas ou de extrema direita de visão xenófoba? Vejamos, pois, que se o corpo social contém inúmeras civilizações, por que se impõem determinadas condutas e costumes a achatá-las todas? Seja por quais motivos forem, certamente o *leitmotiv* francês: liberdade, igualdade, fraternidade não fará mais muito sentido.

Mesmo sendo os corpos sociais instigados pelo medo, reprimidos e obcecados pelos dragões da punição, deformados pela informação intencional e perversa de todos os discursos que prometem uma falaz visão de felicidade – os que pertencem ao reino jurídico, os dos reinos políticos ou mesmo os dos reinos mediáticos – os indivíduos unem-se, em certas circunstâncias, por opressões surdas evidentes.

Parece-nos claro que se perde total confiança nos corpos sociais ao vermos que há uma destruturação que espelha o cinismo dos órgãos do poder. E, embora, esses corpos sociais não sejam amorfos, deixam, no entanto, adivinhar, também, o carácter dos órgãos de poder que deles fazem parte. Assim, as normas e condutas que tendam à servidão de interesses e conveniências dos órgãos de todos os poderes tornam-se espécie de decor do corpo social quando não partem do indivíduo, resultando em falhas no respeito para com um todo e desembocando em uma posição de privação do livre arbítrio e da liberdade profundamente nociva.

Nesse contexto, surgem os dragões da punição que começam a criar o reino das impossibilidades logo muito cedo, na alvorada da infância, por meio da coação sobre o livre arbítrio e a liberdade e reforçados nas reiteraões imagéticas midiáticas. Assim, ao longo do tempo, vão aparecendo cidadãos que deixam de ver a sua própria correção. Os dragões da punição criam, também, a ideia de algum tipo de incapacidade no indivíduo que deveras não a possui, bem como aquele fenômeno estranho do gênero: não faço isso porque serei punido. E, no pior dos casos, os mesmos cidadãos violentados repetirão o modelo dos dragões da punição para se sentirem mais confortáveis ou para pertencerem aos grandes exércitos dos órgãos de poder. E isto é plasmado no mecanismo de violência interna em todas as cidades, e não só em São Paulo, onde a imposição interesseira conduz ou à alienação, ou à repressão, ou à rebeldia, ou aos estados de extrema violência e crueldade.

4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Apresentamos, como primeira consideração a seguinte cena:

@ uma belíssima mesa montada com a delicadeza que esconde a selvajaria / todos sentados / eles / smokings / gravatas bem aprumadas / elas / cabelos arranjadamente descoloridos e não / os cheiros de perfumes diversos misturam-se no ar / discursos ininteligíveis / assinam-se papéis / assassinam-se as palavras / enviam-se emails / os seus olhares apenas respondem às suas narinas / perdem gestualidades / dançam desconfiados uns dos outros / que males atroztes causam as suas ausências de consciência / todos os seus deletes de ser / miseráveis loucuras / não percebem / não percebem sequer o seu pó @ seus pés rasteja a vida e rasteja o mundo descarnados da carne dos tempos / pendem cortinados em fogo / os cálices sobre a mesa morta não refletem o brilho de qualquer líquido puro / pesados são estáticos por putrefatos desejos / assim o querem estes senhores estrangulados por fios de ouro / senhoras de seios curvos / mortos / que um dia amamentaram delicados seres magníficos / hoje (!) monstros (...) / todos se espreitam à espera de traições / quais esbirros / prisioneiros dos seus detritos putrefatos / armados com princípios de sílex / proprietários de qualquer coisa (...) / neste instante / nos seus lascivos movimentos cristalizados pela minha presença / posso vê-los sem me verem / a velocidade das minhas

palavras poderia ser reduzida a um ponto mas opto por traços diagonais e @s que abrem uma nova porta que foge a esse Inferno (...)(.)

Parece ser assim que o cansaço, que o tédio toma conta dos corpos sociais, deixando de haver lugar para o perdão que permite a conciliação, adentrando-se à vulgarização da violência. Como poderá haver lugar para os seres se nunca deixamos de ser violentos e criamos máquinas de representações errôneas? Dessa forma, aparece no horizonte dos seres a impossibilidade de alianças que poderia ser a única via possível na conquista da felicidade.

Em vez disso, assiste-se às lutas titânicas do mais forte que não reconhece o seu limite na violência. E, ao fazê-lo, enaltece-se a solidão individual e egoísta que destrói qualquer reconciliação; a identificação com a dor, mágoa com a finalidade de criar escravizados incapazes de um agir. Essa violência que arrasta consigo a falta de motivação no agir e o tédio no cerne dos corpos sociais (n)os conduz para terrenos inférteis, novas idealizações, comprometendo para sempre a liberdade e o livre arbítrio. O agir transfigura-se, nesse momento, em um fenômeno, o que equivale a dizer que o ato é um fenômeno que abrange soberbas, ganâncias, invejas, crimes de sangue justificáveis por corrupções de todos os gêneros, sejam cometidas pelos órgãos de poder sejam ou mesmo pelos meios midiáticos falíveis que deformam a opinião pública.

E isso não é tudo: a violência que consegue eliminar certos indivíduos, de cuja cegueira não são companheiros, e que vêm a pagar um preço elevado devido à tentativa de entendimento do outro. Lembremo-nos, pois que, foi por ter nascido e crescido no seio da violência que o ser humano, de certa forma, se separou dos três mundos: o dele como indivíduo, da vida e dos mundos.

Resumidamente, o que pretendemos compartilhar nesta espécie de ensaio são os muitos tipos de violência e suas expressões, bem como todas as suas formas fraturam as vidas e os mundos, sendo as primeiras convenientes àqueles que detém o poder. Igualmente, as violências são os estados instaurados pela cisão entre civilizacional e os que estão em profunda fragilidade não assumida por nós e traduzida como pobreza pois, ao fazê-lo, isso significa que estamos a retirar-lhes o direito à individualidade como pessoa. Isso é, se assumirmos a ideia de fragilidade em vez da ideia de pobreza, assumimos uma responsabilidade social universal e irrestrita.

Já os discursos que colapsam e estilham os indivíduos, conduzem à expressão da violência nos corpos sociais. Tais discursos servem de alimento à grande máquina de narrativas *self-service* e não respondem ao indivíduo como pessoa. Por isso, cremos, quanto mais pensamos na via de uma ética asséptica, mais se ausentam as fragilidades humanas na Cidade. Será essa a intenção? Quanto mais pensamos no texto verbo-visual de um jornal impresso, por exemplo, maior a sensação de haver uma grande distância entre esse e aquele.

Isso posto, e ao abordarmos uma das pranchas criadas pela imigrante A. G. como parte da série *São Paulo* (2018) para refletir sobre a violência das/nas imagens midiáticas impressas, pretendemos em oportunidade vindoura alinhar um debate profícuo sobre as variadas questões abordadas. E, finalmente, sabemos que São Paulo não é uma cidade feliz. É, ao contrário, armadilhada com arames farpados eletrificados, prédios de betão e vidro altíssimos para que se viva longe do chão que se teme, bem como conta com “ilhas de fantasia” rodeadas por passeios onde moram cada vez mais pessoas sem subjetividade...

Referências

- Dostoiévski, Fiódor. 2016. Crime e castigo. São Paulo: editora 34.
- Lima, Costa, Luiz. 2003. O redemoinho do horror: as margens do ocidente. São Paulo: Editora Planeta do Brasil Ltda.
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. 2011. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas.
- Mbembe, Achille. 2018. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: UFRJ / n-1 Edições.
- _____. Crítica da razão negra. 2018. Trad. Sebastião Nascimento, São Paulo: n-1 Edições.
- Mondzain, Marie-José. 2009. A Imagem pode matar? Lisboa: Editora Nova Vega.
- Panofsky, Erwin. 1991. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva.
- Salvadori, Fausto. 2018. Migrantes negros são espancados por seguranças do Metrô em SP. Disponível em: <<https://ponte.org/segurancas-do-metro-espancam-imigrantes-negros-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 30 set. 2018
- Sontag, Susan. 2003. Diante da dor dos outros. São Paulo: Cia das Letras.
- Tansi, Sony Labou. 2015. *Ici commence ici: poème huit*. Paris: CNRS Éditions.